

Gastos irão a US\$ 109 bilhões

A previsão de despesa para 1990, já enviada ao presidente Sarney, representa 23% do PIB

DAVID RENAULT

BRASÍLIA — O governo federal vai gastar em 1990 o equivalente a US\$ 109 bilhões, ou NCz\$ 366 bilhões ao câmbio atual, por conta dos três orçamentos que serão encaminhados até o fim do mês para votação no Congresso Nacional. Os números dos orçamentos, que significam cerca de 23% do Produto Interno Bruto, ainda sujeitos a alterações, foram encaminhados na terça-feira ao presidente José Sarney pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Pela primeira vez, o orçamento da seguridade social, o sistema previdenciário, da ordem de US\$ 50 bilhões, é maior do que o orçamento fiscal da União, de US\$ 43 bilhões. Os investimentos das empresas estatais chegam a US\$ 16 bilhões. Os orçamentos que o ministro levou ao presidente estão expressos em cruzados do mês de maio e em janeiro recebem a correção do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado até dezembro. Mas na própria Seplan, hoje, raciocina-se sobre os orçamentos com os valores globais em dólar.

O ministro João Batista de Abreu diz que os orçamentos federais de 1990, elaborados segundo a lei das Diretrizes Orçamentárias já aprovada pelo Congresso, têm como principal mérito a busca do equilíbrio entre receitas e despesas. Foi para garantir esse equilíbrio, por exemplo, que a pretensão das empresas estatais de investir o equivalente a 4,90% do PIB foi reduzida para 3,47%.

O orçamento fiscal da União prevê receita de NCz\$ 40,4 bilhões — em valores de

Orçamento do Tesouro para 1990

Em milhões de cruzados*

Receitas			
Discriminação	Fiscal	Seguridade	Total
1- Receitas correntes	40.406,9	47.969,8	88.366,7
Impostos	34.008,9	0,0	34.008,9
Renda	19.018,8		
IPI	11.028,4		11.028,4
Outros	3.931,7		3.931,7
Contribuições	2.181,3	7.959,8	50.141,1
S/folha salário	0,0	32.377,9	32.377,9
Finsocial	0,0	7.130,0	7.130,0
Outras	2.181,3	8.451,9	10.633,2
Outras receitas correntes	4.216,7	0,0	1.216,7
2- Receitas de capital	229.310,2	0,0	229.310,2
Títulos da dívida	208.052,7	0,0	208.052,7
Amortização	180.730,5	0,0	180.730,5
Emissão líquida	27.322,2	0,0	0,0
Outras operações de crédito	1.207,5	0,0	1.207,5
Outras de capital	20.050,0	0,0	20.050,0
Total	269.717,1	47.959,8	317.676,9
Despesas			
Discriminação	Fiscal	Seguridade	Total
1- Pessoal e encargos sociais	14.602,9	9.532,5	24.135,4
2- Serviços da dívida	217.333,3	53,7	217.387,0
Encargos	33.792,3	44,9	33.837,2
Amortizações	183.541,0	8,0	183.549,8
3- Transferências constitucionais a Estados e Municípios	14.087,9	0,0	14.087,9
4- Outras despesas correntes e de capital	18.450,3	43.828,9	62.279,2
Investimentos prioritários	2.829,2	0,0	2.829,2
Diversos	16.421,1	43.828,9	60.250,0
5- Reserva de contingência	125,5	0,0	125,5
Total	264.599,9	53.415,1	318.015,0

* Valores de maio de 1989

maio — com impostos e contribuições mais NCz\$ 21,2 bilhões em receitas de capital e operações de crédito. Há um superávit nas contas, que têm despesas de NCz\$ 47,2 bilhões, excluídos os NCz\$ 217 bilhões do serviço da dívida interna e alguns pagamentos da União ao Exterior.

PESSOAL

A legislação em vigor estabelece que o valor da rolagem da dívida mobiliária federal e da emissão de títulos para pagamentos dos encargos, a partir de 1990, deve entrar como receita do orçamento fiscal da União. Mas, como esse mesmo valor, NCz\$ 208 bilhões, sai na conta de despesas, a Seplan prefere dei-

xá-lo à margem quando trata dos números do orçamento fiscal.

Para Abreu há equilíbrio entre receitas e despesas

Cerca de 31% das despesas do orçamento fiscal referem-se ao pagamento de pessoal e aos encargos. O pessoal do sistema previdenciário responde por 18% das despesas do orçamento da seguridade, que tem no pagamento dos serviços médicos e benefícios dos aposentados e pensionistas o grosso de suas despesas, cerca de 80%. As transferências da União para os Estados e municípios, cumprindo a legislação, significam 80% dos gastos do orçamento fiscal.

O orçamento de investimen-

tos das empresas estatais, que pela Constituição tem de ser aprovado pelo Congresso, foi preparado procurando ajustar os investimentos "às reais disponibilidades de recursos e sem contar com a perspectiva de novos empréstimos externos, a não ser aqueles já esperados de instituições oficiais, como o Banco Mundial.

O governo já iniciou um programa de recuperação dos preços e tarifas de bens e serviços de empresas públicas e a mesma política será seguida obrigatoriamente no próximo ano para cumprir o orçamento, que prevê o financiamento de 80% dos investimentos (US\$ 12,8 bilhões) com receitas próprias. As aplicações das estatais em 1990 devem ficar no mesmo nível da de 1989 e um pouco acima dos 2,88% do PIB registrados no ano passado.

Mais de 80% dos investimentos estatais estão concentrados em setores básicos fundamentais para o desenvolvimento econômico do País, especialmente na continuidade de projetos que vêm sendo executados como Itaipu e Tucuruí, na área de energia. Outras prioridades de investimentos são projetos de exploração de petróleo e das indústrias petroquímica e de fertilizantes, telecomunicações, mineração, siderurgia e transporte ferroviário.

O governo só manda ao Congresso o orçamento de investimentos das estatais, conforme prevê a legislação. Os outros dispêndios, como a compra de matérias-primas e pessoal, assim como a receita da venda de bens e serviços e pagamento da dívida, são típicos de empresas privadas e, portanto, não precisam passar pelo Congresso. O argumento é de que não faz sentido o Congresso examinar e aprovar os valores que a Petrobrás vai utilizar para comprar petróleo e vender derivados nos mercados interno e externo, para citar uma hipótese.